



## «NO INÍCIO FOI ASSIM... Cabo Verde»

---

***“Descoberto em 1460, o Arquipélago de Cabo Verde era formado por 10 ilhas de origem vulcânica, sem vestígios de presença humana.”***

No artigo 5º da Carta de Lei de 16 de maio de 1864 era concedido ao Banco Nacional Ultramarino o exclusivo da fundação e administração de Instituições bancárias nas províncias ultramarinas. O Diploma de então previa a abertura de Agências naquelas províncias em prazo determinado, cujo incumprimento originava sanções para o banco, também descritas no mesmo documento.

Francisco de Oliveira Chamiço que viria, pouco tempo depois, a tornar-se um Governador estimado e admirado a nível nacional e internacional, tinha já nos seus ideais a consistência da economia portuguesa através da evolução das Províncias Ultramarinas e assim, 3 dias depois, enviava ao então Ministro Mendes Leal um ofício com a disponibilização de 70 000\$000 Réis para Cabo Verde.

Todavia a situação fragilizada das Ilhas e a fraca economia vinda da agricultura não se remediavam com a ajuda financeira do BNU a qual acabou por só se concretizar depois de 1870.

O Arquipélago de Cabo Verde foi descoberto, em 1460. Era formado por 10 ilhas todas de origem vulcânica, sem vestígios de presença humana. Foram então levados para algumas das ilhas e com os primeiros colonos, gado e sementes mais tarde transportados também para as restantes ilhas.

Portugal intensificava as suas relações com o Oriente e com o Brasil, aumentava o povoamento das ilhas com escravos levados da vizinha África e também de brancos largados pelas naus e navios de passagem. O facto das ilhas de Cabo Verde se encontrarem nas rotas de África, Índia e Brasil ajudou substancialmente à manutenção de uma ocupação permanente. No Século XVI sobreviviam a cultura do algodão e o gado, tornando-se o mercado de escravos o mais apelativo da ilha de Santiago.

A abolição do tráfico de escravos em 1836, com Portugal como primeira potência a proibir o tráfico de escravatura, a irregularidade das chuvas provocando secas cada vez mais prolongadas numa terra estéril, acrescida pela depredação dos animais, acabou por gerar, no início do Séc XIX o abandono das ilhas Cabo-verdianas.



No ano de 1865, o Banco Nacional Ultramarino abria ao público, em janeiro, a sua primeira Sede no Loreto, em Lisboa, e um mais tarde, a 23 de outubro, a sua Agência da cidade da Praia, na Ilha de Santiago, a mais antiga agência ultramarina aberta pelo Banco, onde circulou também a primeira emissão, impressa em réis, do BNU.

No ano seguinte, a 3 de janeiro de 1866, a Coroa no seu discurso fazia ressaltar a importância de se proceder ao fomento do Ultramar como apoio ao Tesouro Público e não permanecendo aquele como elemento de instabilidade do Estado.

A 21 de abril de 1870 era entretanto aprovada, em sessão do Parlamento, a criação da Caixa Geral de Depósitos, integrada na Junta do Crédito Público.

Depois da crise financeira que se fez sentir na Banca no primeiro semestre de 1876 e algum desgaste governativo do País, mais sentido a partir de 1877, Francisco Chamiço vê a sua administração posta em causa. Esta crise afetaria gravemente os seus planos e em 1879, com problemas de tesouraria, recorre ao crédito do Estado, que teria como destino obrigatório o Ultramar.

O fundador do BNU viria a falecer em março de 1888, uma reconhecida perda para o Banco e para o País. Seguiu-se-lhe Manuel Sarmiento Ottolini.

Um grupo de representantes, da classe agrícola e mercantil de Cabo Verde (colonos que há muitos anos ali trabalhavam) pedia, entretanto, ajuda a Lisboa e ao Porto, às respetivas Associações Comerciais, para que os privilégios concedidos ao Banco fossem prorrogados até 1900. Era reconhecida uma deficiente rede de comunicações entre Ilhas que dificultava a real avaliação dos problemas sociais e económicos, ainda que na década de 80 o Banco tentasse minorar a atrofiação da agricultura e do comércio do Arquipélago.

O governador-geral de então, Brandão de Melo, face à nulidade de condições de progresso em Cabo Verde e também à firme vontade governamental de pôr fim aos privilégios do BNU, validando o caminho da “*liberdade bancária*”, já requerida por outras províncias, chegaria a propor o fim de qualquer vínculo entre o Estado e o Banco. Isso não aconteceria em virtude da Carta de Lei de 27 de julho de 1893 que conservava, ainda que com alterações, as regalias do Banco até 1900, Mas essa mesma Carta de Lei visava a definição do regime bancário para as províncias ultramarinas, pelo que foi efetuado um inquérito no sentido de se apurar qual o regime bancário mais conveniente. Entre outros, Silva Canedo, face às limitações de Cabo Verde, evidenciou a necessidade da manutenção dos privilégios, pelo menos em parte.



A prorrogação desses privilégios viria a ter mais uma aprovação em Abril de 1901, pela Carta de Lei de então, sendo que esta surgiria como o primeiro diploma que a Legislação Portuguesa conheceu com esta especificidade. Neste novo Regime bancário qualquer banco, em condições de o fazer, poderia concorrer para ser emissor.

A Ottolini sucedeu, em 1893, Eduardo Silva e Cunha, 3º Governador do BNU, em exercício durante os 18 anos seguintes.

No decurso daquela governação, em 1894, abria a Agência em São Vicente, e só muito mais tarde, em junho de 1948, a Agência na Ilha do Sal.

Cabo Verde permaneceu uma colónia portuguesa desde o Séc XV até à sua independência em 1975.

A intervenção da Caixa Geral de Depósitos viria a sentir-se no Arquipélago, a partir de fevereiro de 1998, com a inauguração de uma sucursal que era convertida, em de julho do ano seguinte, no Banco Interatlântico, ficando a CGD com 70% do capital social e os restantes 30% distribuídos por empresários e empresas da ilha.

Em Setembro de 1993 nascia o BCA, Banco Comercial do Atlântico, que abria as suas portas como consequência da separação das áreas comerciais e de supervisão, até então e desde setembro de 1975, do Banco de Cabo Verde que passou a Banco Central.

A Caixa Geral de Depósitos assumiria o seu lugar de parceiro estratégico em fevereiro de 2000, detendo 52,5% com o Banco Interatlântico.

Com o intuito de alargar a sua Rede de Mediatecas do Exterior e expressar de forma inequívoca a sua responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento integral do povo cabo-verdiano, a CGD abriu a sua 1ª Mediateca na cidade da Praia em 07.06.2004, seguindo-se a do Mindelo em 12.12.2005 e Espargos em 29.09.2011.

A Mediateca da Praia fez recentemente 8 anos de existência, continuando a disponibilizar um vasto conjunto de suportes de informação, indispensáveis ao crescimento do povo da “*terra da Morabeza*”.



Filomena Rosa

Gabinete do Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos

Setembro de 2013

---

Amaral, I. d. (1964). *Santiago de Cabo Verde, A terra e os Homens*.

Carreira, A. (1982). *Estudos de Economia Caboverdiana*.

Paixão, B. (1964). *Cem Anos do Banco Nacional Ultramarino Vida Portuguesa*.

Serrão, V. (s.d.). *História de Portugal*.